

ATA NÚMERO 78/XIII (2.ª) SL
04 de julho de 2017 – 15h00

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas

3. Comunicações do Presidente

4. Audição regimental do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) - 15h00

5. [Petição n.º 252/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Eva Soares Pinho da Cruz Leite de Freitas – Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Maria Augusta Santos – PS

6. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

- Redação Final

7. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

- Redação final

8. [Projeto de Resolução n.º 763/XIII, do BE](#) - Remoção das placas de fibrocimento com amianto na escola El-Rei D. Manuel I, em Alcochete

- Discussão

9. [Projeto de Resolução n.º 918/XIII, do CDS-PP](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação e ampliação da Escola El 2,3 El-Rei D. Manuel I, de Alcochete, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto

- Discussão

10. [Projeto de Resolução n.º 931/XIII, do PCP](#) - Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete

- Discussão

11. [Projeto de Resolução n.º 893/XIII, do BE](#) - Requalificação e ampliação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Vialonga, Vila Franca de Xira

- Discussão

12. [Projeto de Lei n.º 486/XIII, do PEV](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

- Discussão e votação em sede de especialidade

13. [Petição n.º 329/XIII \(2.ª\)](#) – Solicita rescisão amigável com o Ministério da Educação e iniciativa legislativa que permita o rejuvenescimento dos professores.

- Admissão e distribuição de petição
- Deputado Relator: BE

14. [Projetos de Lei n.ºs 326/XIII/2.ª, 423/XIII/2.ª e 424/XIII/2.ª](#) – Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes

- Redação Final

15. Texto de substituição relativo aos

[Projeto de resolução n.º 602/XIII \(2.ª\), PSD](#)), Recomenda ao Governo o combate ao abandono escolar no ensino superior

[Projeto de resolução n.º 696/XIII \(2.ª\), PCP](#), Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior

[Projeto de resolução n.º 698/XIII \(2.ª\), CDS-PP](#), Recomenda ao Governo que promova medidas de combate ao abandono escolar no ensino superior

[Projeto de resolução n.º 699/XIII \(2.ª\)](#), PS, Recomenda ao Governo um estudo sobre insucesso e abandono no ensino superior, para melhor definição de políticas de combate a esses fenómenos

[Projeto de resolução n.º 707/XIII \(2.ª\)](#), PAN, Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, como forma de combate ao abandono escolar

[Projeto de resolução n.º 709/XIII \(2.ª\)](#), BE, Medidas para o aprofundamento de mecanismos de ação social e de combate ao abandono escolar no ensino superior

- Discussão e votação

16. [Apreciação Parlamentar n.º 22/XIII/2.ª \(BE\)](#) e [Apreciação Parlamentar n.º 24/XIII/2.ª \(PCP\)](#), respeitantes ao Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que "aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"

- Redação Final

17. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE a requerer a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

- Discussão e votação

18. Requerimento dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD a requerer a audição urgente, em comissão, do presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e da direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), sobre o cancelamento das bolsas de dois bolseiros de gestão de ciência e tecnologia.

- Discussão e votação

19. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP a requerer a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre a situação atual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em sede da 8.ª Comissão.

- Discussão e votação

20. Data da próxima reunião

11 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

As atas das reuniões da Comissão de 22 e 27 de junho de 2017 e da reunião da Mesa e Coordenadores de 29 de junho, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Projeto de Resolução

O Presidente informou que o BE solicitou a discussão na Comissão do seu Projeto de Resolução referido abaixo, pelo que a mesma será agendada para a reunião de 11 de julho.

Projeto de Resolução	792	XIII	2	<u>Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-06-30	BE
----------------------	-----	------	---	---	------------------------------------	------------	----

3.2. Pedidos de audiência

O pedido de audiência do Conselho Geral do AEAC – Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette - Odivelas, sobre a situação de derrocada iminente numa escola em Odivelas, foi distribuído ao PS, que indicou a Deputada Susana Amador (PS) para presidir à reunião.

Foi deliberado que a audiência à ANPRI - Associação Nacional de Professores de Informática, para esclarecer dúvidas sobre o Projeto GEN10S Portugal, será feita em reunião da Comissão.

3.3. Audição do peticionário da [petição n.º 300/XIII/2.ª](#), Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir a igualdade de condições de trabalho entre todos os docentes

A petição tem 4.067 subscritores, tendo sido admitida em 6/6/2017. Tendo os peticionários sido convocados para se fazer a respetiva audição na reunião de 11 de julho, invocaram razões de ordem logística para não virem nesse dia e pediram a audição no dia 18/7 (dia da audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) ou no dia 19 de julho (em que não está prevista reunião da Comissão).

A Comissão deliberou que se insistisse com o peticionário para que a audição fosse feita no dia 11 de julho, por videoconferência.

4. Audição regimental do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) - 15h00

O Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão, fez-se acompanhar pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, e pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, que complementaram a abordagem das várias questões, quando assim foi entendido.

O Presidente da Comissão cumprimentou o Senhor Ministro e os seus Secretários de Estado e lembrou a grelha de tempo das intervenções.

Interveio de seguida o Deputado Porfírio Silva (PS), questionando as medidas para o próximo ano letivo, nomeadamente, pedindo indicações sobre a revisão do Decreto-Lei n.º 3/2008, respeitante a alunos com necessidades educativas especiais e sobre o ensino artístico especializado, particularmente o financiamento e a vinculação extraordinária dos respetivos docentes.

O Senhor Ministro fez um balanço do ano letivo 2016-2017 e uma previsão para o próximo, referindo, em síntese, a execução do Programa Sucesso Escolar (em que há muitas propostas das escolas), o alargamento da educação pré-escolar, a diminuição do número de alunos por turma (nas escolas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e nos anos de início e posteriormente o alargamento a todas as turmas), a alteração do regime do ensino especial (nomeadamente a avaliação dos alunos e a transição para o mercado de trabalho) e o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) perguntou como vão ser detetados os beneficiados na fraude no exame de Português e punidos os responsáveis, referiu que há indicações para “passarem” os alunos, salientou que o sucesso escolar não é mérito do atual Governo e questionou se o novo *racio* para os assistentes operacionais já se vai aplicar no próximo ano letivo, bem como se todas as crianças com 4 anos terão lugar na educação pré-escolar.

O Senhor Ministro referiu que querem garantir a igualdade de oportunidades de todos os alunos, que não há orientações de facilitismo, para “passarem” os alunos, havendo sempre uma avaliação da escola e manifestou preocupação com o sucesso escolar. Indicou ainda o investimento na educação pré-escolar e fez referência ao Programa Qualifica e à educação de adultos.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu o PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e indicou um universo de cerca de 2.000 trabalhadores, mencionando ainda a vinculação de professores. Aludiu depois à contabilização do intervalo das aulas no 1.º ciclo como tempo letivo e questionou como vai ser feita a reorganização das Atividades de Enriquecimento Curricular.

O Senhor Ministro referiu que o Ministério está a recolher informação para alterar a portaria dos *rácios* dos assistentes operacionais, que deve ter em conta as aulas diurnas e noturnas. Informou ainda que vai abrir um processo negocial para nova vinculação extraordinária de docentes e vai tratar também da vinculação dos professores do ensino artístico.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu dados da execução orçamental do Ministério, referindo saber que são baixos. Perguntou depois se as escolas vão ter um parque informático renovado, referiu que a redução do número de alunos por turma só abrange cerca de 5.000 alunos e pediu mais concretização das medidas anunciadas e do alargamento da educação pré-escolar.

O Senhor Ministro referiu que haverá um aumento do número de salas da educação pré-escolar, com utilização do regime solidário, estando prevista a abertura de 50 novas salas só na área de Lisboa e Vale do Tejo.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) colocou questões sobre a contabilização das componentes letiva e não letiva do horário dos docentes, redução do tempo letivo por antiguidade, carência de assistentes operacionais e colocação de novos. Referiu depois que os técnicos especializados são precários e perguntou quais as soluções do Ministério e se está prospetivado um vínculo público.

O Senhor Ministro referiu que há muitas questões que estão em negociação com os sindicatos, equacionou o descongelamento das carreiras, informou que no final de 2017 haverá nova vinculação de professores, esclareceu que os técnicos especializados podem concorrer ao PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública – e que está em apreciação a desprecarização dos assistentes operacionais.

Na 2.ª ronda de perguntas, interveio em 1.º lugar a Deputada Odete João (PS), referindo que a “passagem” dos alunos é decidida pelo conselho de turma. Indicou que o PSD dividiu as disciplinas em estruturantes ou não, enquanto o PS acompanha todos os alunos e disciplinas,

considerando que todas são importantes e nessa sequência pediu um balanço das alterações introduzidas.

O Senhor Ministro informou que enviou a matéria do exame de Português à Inspeção da Educação e fez uma denúncia ao Ministério Público, para desencadear um processo-crime. Indicou depois que as provas das Expressões visam a valorização do currículo e a avaliação das áreas, referiu que ainda não têm os resultados das provas e indicou que analisarão todos os elementos em conjunto.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu a falta de resposta do Ministério às perguntas enviadas pelos Grupos Parlamentares e às petições que os cidadãos apresentam à Assembleia da República, questionou quais as consequências que vai ter a fuga de informação em relação ao exame de Português e perguntou quando é que o Ministério vai pagar aos Municípios o valor das obras nas escolas que contratualizou com eles.

O Senhor Ministro referiu que no caso do exame de Português, atuará se for comprovada a existência de fraude. Indicou também que os pagamentos aos Municípios serão feitos após a realização das obras, na sequência das candidaturas a apoios.

A Deputada Joana Mortágua (BE) questionou a revisão do Decreto-Lei n.º 3/2008, respeitante a alunos com necessidades educativas especiais e referiu a existência de um conceito inovador de inclusão. Perguntou depois pela revisão do papel do exame do 9.º ano e se a flexibilização escolar não leva à flexibilização da avaliação e dos programas.

O Senhor Ministro informou que a alteração do Decreto-Lei n.º 3/2008 está em consulta pública e defendeu que a inclusão está assente num princípio de igualdade. Em relação aos exames, nomeadamente do Secundário, referiu que se verificam efeitos menos positivos nas práticas de algumas escolas e por outro lado defendeu a necessidade de um debate no âmbito do sistema. Equacionou ainda a hipótese de diversificação dos instrumentos de avaliação.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu o pedido do estudo de rede para os contratos de associação e mencionou a existência de incongruências da informação disponibilizada.

O Senhor Ministro referiu que o estudo está disponibilizado no *site* do Ministério da Educação e foi complementado com elementos que vão enviar, salientando que tem em conta a carência da rede e os fluxos de alunos e considerou muitos critérios, tendo dado vários exemplos.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) defendeu que as Atividades de Enriquecimento Curricular devem ser desenvolvidas em regime de monodocência coadjuvada, considerou que não trazem muitas mais-valias e perguntou como vão ser concretizadas no futuro. Pediu depois informações sobre a rede para alargamento da educação pré-escolar, quais os

investimentos previstos e pediu a oferta pelo ensino público. Defendeu ainda que não pode haver investimento público onde há resposta pública.

O Senhor Ministro referiu que para o alargamento da educação pré-escolar se aposta na colaboração com as autarquias, tendo ainda informado que a conversão das salas do 1.º ciclo para a educação pré-escolar não é suficiente. Defendeu depois que as Atividades de Enriquecimento Curricular são fundamentais para a escola a tempo inteiro, sendo maioritariamente lúdicas, mas também formativas.

No 1.º grupo da 3.ª ronda de perguntas, intervieram os Deputados Sandra Pontedeira (PS), Pedro Alves (PSD), Luís Monteiro (BE), Álvaro Batista (PSD), Diana Ferreira (PSD), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Maria Augusta Santos (PS), tendo colocado questões sobre a precariedade do pessoal, os resultados dos concursos dos Diretores Regionais do Alentejo e Algarve, as alterações no âmbito do desporto escolar, o funcionamento de uma escola em Castelo Branco sem pavilhão para desporto escolar, a colocação atempada nas escolas de técnicos na área de educação especial, os contratos com colégios, as escolas com amianto, a distribuição gratuita dos manuais escolares, bem como a impossibilidade de reutilização dos mesmos e o que está previsto para o professor bibliotecário.

O Senhor Ministro referiu que haverá uma resposta mais robusta para o desporto escolar, valorizando o desporto, fazendo a ligação com o desporto competitivo e desenvolvendo unidades de apoio ao alto rendimento escolar, com atletas a promoverem o desporto nas escolas. Indicou que a lei de educação especial está em discussão pública e está a ser desenvolvido um trabalho sobre a transição para a vida ativa. Indicou que todas as escolas devem ter equipamentos desportivos, também em parceria com as comunidades e autarquias e informou que a intervenção na escola de Castelo Branco está prevista no Programa 2020.

Defendeu a importância da colocação atempada dos docentes de educação especial e indicou que vai ser criado um grupo de recrutamento da língua gestual portuguesa. Informou que todas as intervenções nas escolas exigem a retirada de amianto. Considerou que a reutilização dos manuais escolares é sustentável e que desenvolvem o trabalho que já vinha sendo feito com os alunos do Serviço de Ação Social Escolar. Indicou ainda que têm vindo a incluir as bibliotecas escolares na integração e flexibilidade escolar e feito formação para os bibliotecários e diretores de turma.

No 2.º grupo da 3.ª ronda de perguntas, intervieram os Deputados Manuela Tender (PSD), Joana Mortágua (BE), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Laura Magalhães (PSD) Odete João (PS) e Sara Madruga da Costa (PSD), tendo colocado questões sobre a existência de mais alunos com necessidades educativas especiais, mas menos apoios, a demora na alteração do diploma da educação especial, o facto de a Parque Escolar receber as rendas das escolas, mas não fazer a manutenção das mesmas, pedido indicação da data prevista para a realização de obras em várias escolas, a situação específica numa escola que deixa de ter contrato de associação, os

atrasos nos pagamentos em várias áreas e a discriminação dos docentes das Regiões Autónomas na mobilidade para o continente.

O Senhor Ministro referiu que as dificuldades de mobilidade ente as Regiões Autónomas e o continente decorrem da legislação regional. Em relação aos contratos de associação, referiu que o estudo foi feito com base na oferta (pública e privada) e não na procura. Mencionou que nas despesas com contratos simples, só há atrasos de pagamento nos casos em que houve aumento em relação ao previsto, porque exigem um procedimento mais exigente. Mencionou que há mais alunos com necessidades educativas especiais que têm apoios. Indicou que houve alteração dos calendários escolares em 3 distritos, em colaboração com as várias entidades.

Indicou várias escolas que vão ter obras realizadas pela Parque Escolar, referiu que a alteração do regime do ensino especial está a ser ponderada e depois haverá formação. Por último, salientou a importância da monitorização dos processos de aprendizagem e a desburocratização da gestão pedagógica.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

5. [Petição n.º 252/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Eva Soares Pinho da Cruz Leite de Freitas – Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Maria Augusta Santos (PS), tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

No âmbito da redação final foi apresentada uma proposta de texto de fusão deste Projeto de Resolução com o Projeto de Resolução 854/XIII, do PSD, tendo o PCP apresenta uma alteração.

A proposta do texto de fusão, com a alteração introduzida pelo PCP, foi aprovada por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

A proposta do texto de fusão com o Projeto de Lei 816/XIII, do PCP, com a alteração introduzida pelo PCP, foi aprovada por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. [Projeto de Resolução n.º 763/XIII, do BE](#) - Remoção das placas de fibrocimento com amianto na escola El-Rei D. Manuel I, em Alcochete
9. [Projeto de Resolução n.º 918/XIII, do CDS-PP](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação e ampliação da Escola El 2,3 El-Rei D. Manuel I, de Alcochete, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto
10. [Projeto de Resolução n.º 931/XIII, do PCP](#) - Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete

Por consenso dos Grupos Parlamentares proponentes, foi deliberada a discussão conjunta destas três iniciativas.

Assim, o Senhor Presidente começou por dar a palavra à Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), enquanto proponente do Projeto de Resolução n.º 763/XIII/2.ª, a qual expôs o propósito da referida iniciativa legislativa, seguindo-se a exposição do Projeto de Resolução n.º 918/XIII/2.ª (CDS-PP), por parte da Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), e terminando com a intervenção da Senhora Deputada Paula Santos (PCP) para expor o Projeto de Resolução n.º 931/XIII/2.ª (PCP).

Seguiu-se o debate onde intervieram os Senhores Deputados André Pinotes (PS) e Duarte Marques (PSD).

Da discussão foi elaborada [informação](#) para efeitos de envio dos Projetos de Resolução n.ºs 763/XIII/2.ª (BE), 918/XIII/2.ª (CDS-PP) e 931/XIII/2.ª (PCP) para votação em Plenário, o que dispensa o desenvolvimento deste ponto nesta sede.

11. [Projeto de Resolução n.º 893/XIII, do BE](#) - Requalificação e ampliação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Vialonga, Vila Franca de Xira

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), enquanto proponente do Projeto de Resolução n.º 893/XIII/2.ª, a qual expôs o propósito da referida iniciativa legislativa.

Seguiu-se o debate onde interveio a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), o Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD), e as Senhoras Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

Da discussão foi elaborada [informação](#) para efeitos de envio do Projeto de Resolução n.º 893/XIII/2.ª (BE) para votação em Plenário, o que dispensa o desenvolvimento deste ponto nesta sede.

12. [Projeto de Lei n.º 486/XIII, do PEV](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

No âmbito da discussão e votação na especialidade foram feitas intervenções pelos Senhores Deputados Heloísa Apolónia (PEV), Porfírio Silva (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Luís Monteiro (BE), manifestando as suas posições quanto ao Projeto de Lei, bem como o sentido de voto. Procedeu-se de seguida à votação da iniciativa legislativa no seu todo, tendo a mesma sido aprovada com votos a favor dos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, PS, BE e PCP, e a abstenção do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O relatório de votação, o texto final e a proposta de alteração do PEV estão disponíveis no Projeto de Lei.

13. [Petição n.º 329/XIII \(2.ª\)](#) – Solicita rescisão amigável com o Ministério da Educação e iniciativa legislativa que permita o rejuvenescimento dos professores.

O Senhor Presidente informou que baixou à Comissão a Petição n.º 329/XIII/2.ª, através da qual o peticionário efetua dois pedidos, um de rescisão amigável com o Ministério da Educação, e outro relativo à necessidade de existência de legislação que permita o rejuvenescimento dos professores.

Alertou, ainda, que a Nota de Admissibilidade elaborada pelos serviços, propunha, em consequência destes pedidos, a admissão parcial da petição.

Levada a votação a proposta de admissão parcial da petição n.º 329/XIII/2.ª, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Em consequência, foi a petição distribuída à Senhora Deputada Joana Mortágua (BE).

14. [Projetos de Lei n.ºs 326/XIII/2.ª, 423/XIII/2.ª e 424/XIII/2.ª](#) – Primeira alteração à [Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes](#)

O Senhor Presidente colocou a votação a Redação Final elaborada pelos Serviços da DAPLEN e constante da informação n.º 153/DAPLEN/2017, datada de 22 de julho, tendo a mesma sido aprovada sem votos contra.

15. Texto de substituição relativo aos

[Projeto de resolução n.º 602/XIII \(2.ª\)](#), PSD), **Recomenda ao Governo o combate ao abandono escolar no ensino superior**

[Projeto de resolução n.º 696/XIII \(2.ª\)](#), PCP, Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior

[Projeto de resolução n.º 698/XIII \(2.ª\)](#), CDS-PP, Recomenda ao Governo que promova medidas de combate ao abandono escolar no ensino superior

[Projeto de resolução n.º 699/XIII \(2.ª\)](#), PS, Recomenda ao Governo um estudo sobre insucesso e abandono no ensino superior, para melhor definição de políticas de combate a esses fenómenos

[Projeto de resolução n.º 707/XIII \(2.ª\)](#), PAN, Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, como forma de combate ao abandono escolar

[Projeto de resolução n.º 709/XIII \(2.ª\)](#), BE, Medidas para o aprofundamento de mecanismos de ação social e de combate ao abandono escolar no ensino superior

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado André Pinotes (PS), enquanto Coordenador do Grupo de Trabalho para a Apreciação das iniciativas legislativas respeitantes ao Abandono Escolar no Ensino Superior, o qual expôs os termos do texto de substituição apresentado à Comissão.

Da discussão foi elaborada [informação](#) para efeitos de envio do texto de substituição dos referidos projetos de resolução para votação em Plenário, o que dispensa o desenvolvimento deste ponto nesta sede.

16. [Apreciação Parlamentar n.º 22/XIII/2.ª \(BE\)](#) e [Apreciação Parlamentar n.º 24/XIII/2.ª \(PCP\)](#), respeitantes ao Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que "aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"

O Senhor Presidente colocou a votação a Redação Final elaborada pelos Serviços da DAPLEN e constante da informação n.º 161/DAPLEN/2017, datada de 28 de junho, tendo a mesma sido aprovada sem votos contra.

17. **Requerimento do Grupo Parlamentar do BE a requerer a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)**

- 18. Requerimento dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD a requerer a audiência urgente, em comissão, do presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e da direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), sobre o cancelamento das bolsas de dois bolseiros de gestão de ciência e tecnologia.**
- 19. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP a requerer a audiência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre a situação atual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em sede da 8.ª Comissão.**

Por consenso dos Grupos Parlamentares proponentes, foi deliberada a discussão conjunta destes três requerimentos.

Assim, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), para expor o requerimento apresentado do seu Grupo Parlamentar, referindo que o mesmo versa sobre duas questões distintas, o atraso na celebração dos contratos de bolsa e falta de pagamento dos respetivos montantes, e as duas bolsas canceladas pela FCT, por alegada violação do regime de dedicação exclusiva. Seguiu-se a exposição do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PSD pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referindo que o mesmo se prende, também, com a questão do cancelamento de bolsas a dois bolseiros de gestão de ciência e tecnologia por parte da FCT. Por fim, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que referiu que o requerimento do seu Grupo Parlamentar é mais abrangente, na medida em que o pretendido é a audiência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre a atual situação da FCT, nomeadamente quanto ao atraso na divulgação dos resultados da bolsa, o atraso na assinatura dos contratos de bolsa e, conseqüentemente a falta de pagamento das bolsas, bem como a posição destes quanto ao despedimento dos dois bolseiros.

Seguiu-se um debate, no qual interveio o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) para expor que o PSD irá acompanhar todos os requerimentos, salientando que a confirmar-se os factos que foram relatados no que aos dois bolseiros respeita, será o caso mais grave de violação de direitos conhecido neste âmbito, considerando que a Assembleia da República tem especial dever, interesse e empenho no esclarecimento desta questão.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS já havia dito em sede de reunião de mesa e coordenadores que gostaria de ver estas questões esclarecidas e que, por tal motivo, votará favoravelmente o requerimento do Grupo Parlamentar do BE.

Contudo, o seu Grupo Parlamentar não pode aceitar que se coloquem em cima da mesa acusações sem qualquer fundamento factual. Consideram que há uma resposta que deve ser prestada, em primeira linha, pela entidade patronal dos bolseiros. Por tal motivo, o seu Grupo Parlamentar irá abster-se na votação do requerimento conjunto dos Grupos Parlamentares do

PSD e CDS-PP. Quanto ao requerimento do PCP, referiu que já se encontra agendada audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu a palavra apenas para reforçar que o requerimento do seu Grupo Parlamentar não versa apenas sobre a questão dos dois bolseiros, mas antes sobre a própria política que tem vindo a ser seguida pela FCT, considerando essencial, para esse efeito, a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

No seguimento do debate ocorrido, foram levados a votação os requerimentos apresentados de forma isolada.

Assim, levado a votação o requerimento do Grupo Parlamentar do BE, constante do ponto 17 da ordem do dia, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Levado a votação o requerimento conjunto dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, constante do ponto 18 da ordem do dia, foi o mesmo aprovado com os votos a favor dos Grupos Parlamentares PSD, BE, CDS-PP e PCP, e abstenção do Grupo Parlamentar PS.

Por fim, levado a votação o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, constante do ponto 19 da ordem do dia, foi o mesmo aprovado com os votos a favor dos Grupos Parlamentares PSD, BE, CDS-PP e PCP, e abstenção do Grupo Parlamentar do PS.

20. Data da próxima reunião

11 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h

A reunião foi encerrada às 19 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de julho de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 12 de julho de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
Diana Ferreira
Duarte Marques
Elza Pais
José Cesário
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel
Paula Santos
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão